



ACÓRDÃO Nº802/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11462/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Andrea Barker Costa (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4485/2017-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Senhora **Andrea Barker Costa**, Diretora Executiva do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro (U.G: 17102), nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2016, do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro (U.G: 17102).
- 10.2. **Aplicar Multa** à Senhora **Andrea Barker Costa**, Diretora Executiva do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro (U.G: 17102), no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº. 25/2012, pelas impropriedades constantes nos itens **02, 04 e 10** do Relatório Conclusivo nº. 43/2017 – DICAD/AM, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar o prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (art. 55, da Lei 2423/96), ficando a DICREX



ACÓRDÃO Nº802/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE.

10.3. DETERMINAR à Secretaria do Tribunal Pleno que:

- Encaminhe à atual Administração do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro (U.G: 17102), cópias das peças emitidas pela Comissão de Inspeção, e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras.

- Notifique a **Andrea Barker Costa**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso.

- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos arts. 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do art. 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 2 de Agosto de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral